

REFLEXÕES SOBRE AS POLÍTICAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS/COTAS RACIAIS

Eliane Aparecida Oliveira Lima, FEESU/UNIPAC, ellianeoliveiraa2009@hotmail.com
Bill Robson Monteiro Lisboa, FEESU/FUPAC, billrobsonmg@hotmail.com

Resumo Expandido

No segundo semestre do ano letivo de 2019, foi desenvolvida no Componente Curricular de Educação para o Ensino de História e Cultura Indígena, Africana e Afro-Brasileira, no curso de Licenciatura em Pedagogia da Faculdade de Educação e Estudos Sociais de Uberlândia – FEESU/FUPAC, uma atividade avaliativa cujo objetivo foi leitura, análise e construção de um texto dissertativo apresentando e problematizando o conteúdo e as reflexões acerca das Políticas de Ações Afirmativas/Cotas Raciais.

É notória, que a mídia tem contribuído para reproduzir de modo errôneo e distorcido, a ingênua ideia de que não existe racismo no Brasil, reproduzem afirmando que “todas as pessoas tem as mesmas oportunidades sociais”, “que se os/as negros/as conseguem outros/as também conseguem”, “é vitimismo”.... Um dos discursos mais reproduzidos pelo senso comum é dizer que “o próprio negro é preconceituoso”, essa autonegação da identidade racial ocorre, pois as pessoas negras tem pouca referência positiva, o que dificulta sua autoaceitação.

Dentre tantos estereótipos é muito comum, ouvir frases como, “hoje é dia de preto na folhinha”, “isso é serviço de preto”, “você tem o cabelo ruim”, “você está na minha lista negra”, “negro parado é suspeito e correndo é ladrão”, “aquele macaco”, “preto ladrão” entre outros.

Em pleno século XXI negros/as são marginalizados/as e rotulados/as negativamente, essa desigualdade social é desumana e pode provocar estigmas e marcas profundas na vida dessas pessoas. A sociedade é extremamente racista, reproduz valores e ideias da classe dominante, elitista, composta na sua maioria por pessoas de pele clara, no que se referem ao papel dos/as negros/as no cinema, novelas, peças teatrais e desenhos animados, reafirmam o discurso eurocêntrico de que, a princesa tem que ser loira magra e de olhos azuis, enquanto a empregada doméstica na maioria dos filmes e novelas é negra, e aparece em papéis socialmente vistos como inferiores.

Diante de todo esse cenário, foi instituída às Políticas de Ações Afirmativas como mecanismo de reparação histórica, em virtude, de toda uma trajetória de dor, preconceito e estereótipos que esses grupos passaram e, ainda passam. Em virtude de tamanha barbaridade inicia-se a pauta sobre as Políticas de Ações Afirmativas, que são ações que o Estado, ou sistema privado temporariamente, por despreensão ou por obrigação tenta subtrair as desigualdades raciais. Tal ação afirmativa procura proporcionar e facultar chances e direitos iguais aos grupos da sociedade que são e, foram historicamente, maltratados, e lançados à margem.

Dentre as ações propostas, estão a reservas de vagas para acesso as Universidades sendo que, para negros/as, pardos/as e indígenas destinam-se (25%), alunos/as de baixa renda (25%) e 50% para ampla concorrência.

No âmbito social, o “*mito*” da meritocracia é extremamente perigoso, pois pode levar ao entendimento que uns são melhores que os outros/a, a meritocracia pode ser definida como um conceito que as pessoas acreditam serem todas iguais e que conquistam espaços e lugares se destacando por mérito.

Essa desigualdade tem crescido, e está marcada pelo racismo, mesmo assim, negros/as tem oportunidades desiguais com relação às pessoas de pele clara e, seus direitos não são cumpridos conforme determina, por exemplo, a Constituição Federal de 1988, conhecida como Constituição Cidadã.

A população negra está condicionada, as margens do círculo de pessoas, e isso gera um desconforto inimaginável que pode estigmatizá-los/as. No espaço da escola, a desproporção entre negros/as e brancos/as ainda é gritante, medidas necessitam ser tomadas para que as Políticas de Ações Afirmativas/Cotas Raciais sejam realmente efetivas para o movimento negro, pois foram constituídas como forma de “reparar” toda dor e sofrimento que vivenciaram negros/as em nosso país. Ser negro/a nos dias atuais, é um ato de luta, de empoderamento e de resistência.

Referência

BRASIL, Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília – DF: Ministério da Educação, 2004.